



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional.

MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: DEBATENDO CONTINUIDADES E RUPTURAS COM O CONSERVADORISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLEIER MARCON SIN¹

Resumo: A relação da profissão de Serviço Social com os movimentos sociais é constitutiva do pensamento crítico e da busca de ruptura com o conservadorismo. No âmbito da formação profissional - foco do debate neste texto - a centralidade da relação aparece nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996. Na particularidade profissional, a privatização do ensino superior reforça o conservadorismo e, dentre vários rebatimentos, observa-se a flexibilização das Diretrizes. Esse processo pode derruir a hegemonia do pensamento crítico, na profissão, enfraquecendo a relação com os movimentos sociais. Reforçar a hegemonia do pensamento crítico, no âmbito da formação é, portanto, fundamental.

Palavras-chave: Serviço Social; movimentos sociais; formação profissional; conservadorismo; busca de ruptura.

Abstract: The relationship of the Social Service profession with social movements is constitutive of critical thinking and the search for a rupture with conservatism. In the context of vocational training - the focus of the debate on this text - the centrality of the relationship appears in the ABEPSS Curriculum Guidelines of 1996. In the professional particularity, the privatization of higher education reinforces conservatism and, among several refutations, the flexibilization of Guidelines. This process can undermine the hegemony of critical thinking in the profession, weakening the relationship with social movements. Reinforcing the hegemony of critical thinking in the field of training is therefore fundamental.

Keywords: Social work, social movements, professional training, conservatism, search for rupture.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são entendidos, neste texto, como espaço de participação e de trabalho dos assistentes sociais, mas também como elemento referente ao processo de formação. Entendendo a questão nessa angulação, neste debate, nosso foco são os elementos iniciais da pesquisa de Pós-doutorado em Serviço Social, que realizamos, sobre as expressões da

¹ Professor com formação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <cleiermarconsin@gmail.com>.

relação da profissão com os movimentos sociais, no âmbito da formação profissional.

Como defende Marro (2014, 278), debates e estudos sobre a questão são importantes para que o Serviço Social, como uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, processe “criticamente sua função na reprodução das relações sociais e nos próprios conflitos de classe” já que os movimentos sociais, ao lutarem por direitos na sociedade, tensionam os “mecanismos estatais de enfrentamento das expressões da ‘questão social’ e, portanto, as próprias bases de configuração da demanda profissional”. Essa temática da relação do Serviço Social com os movimentos sociais nos estudos e agendas de debates de pesquisadores da área não é nova, mas também não está presente na profissão desde sua gênese, notadamente, em decorrência do veio conservador em que a profissão tem origem.

Marcada, em sua gênese, por uma das vertentes do conservadorismo brasileiro - a doutrina social da Igreja Católica –, fundada no neotomismo², trazia um discurso e uma prática predominantes de distanciamento das organizações sindicais dos trabalhadores daquele período, precursoras, também no Brasil, dos movimentos sociais. Na obra “Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica do Serviço Social” Iamamoto e Carvalho (1985 p. 215) mostram que a profissão, no período referido, atuava “através de um tratamento individual”, buscando dar aos operários a “consciência do seu valor perante a empresa”, de sua “solidariedade”, no sentido de garantir a “impermeabilização” ao que se considerava “propaganda subversiva” e para prevenir “a luta de classes”. Se isso ocorre na gênese, a continuidade do pensamento conservador, embora modificada, se expressa, posteriormente, na conjunção realizada entre o humanismo católico e o funcionalismo estadunidense, que aporta entre nós a partir da década de 1940. A influência do funcionalismo norte-americano,

² Em virtude do espaço e do propósito deste texto, não traremos o debate sobre as várias concepções de conservadorismo que perpassam a vida social, as ciências sociais, as profissões e a formação profissional em Serviço Social, em particular, mas trazer aqueles elementos conservadores presentes desde a formação profissional, seus determinantes relevantes que, no processo sócio-histórico, podem se atualizar, ao mesmo tempo, identificando as lutas pela sua superação.

predominante na profissão durante décadas - embora com diferenças nos períodos sócio-históricos e no trabalho institucional - consolidou o distanciamento dos movimentos sociais, sendo um vetor fundante na formação profissional. A histórica individualização das situações enfrentadas pela população trabalhadora, transformadas em “casos sociais” e/ou “psico-sociais”, tornava invisíveis para o Serviço Social as determinações contidas nas várias realidades trabalhadas, ao mesmo tempo em que propunha mudanças comportamentais individuais, no âmbito familiar, de grupo ou mesmo de Comunidades³.

Obscurecia, assim, que as organizações dos trabalhadores já existentes continham as propostas capazes de provocar as mudanças necessárias, só que em outro patamar, diferente e até antagônico às ações implementadas pela classe dominante, muitas delas através do Serviço Social, como uma das profissões inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. A transformação desse quadro conservador – de afastamento dos movimentos sociais – que predominou por décadas na profissão, no Brasil, teve início a partir da década de 1960.

Como explica Iamamoto (2016, p. 03):

A aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960 na América Latina, numa conjuntura de efervescência social – de expansão e crise do capital - que mina as bases tradicionais da profissão nas suas dimensões teórico-metodológica, organizativa e técnico-profissionais.

O denominado Movimento de Reconceituação Latino-Americano formado naquela década inicia a aproximação com os movimentos sociais, através da interlocução de setores expressivos do Serviço Social com a tradição marxista. Essa interlocução, que continha a crítica ao conservadorismo e a perspectiva de aproximação com os movimentos sociais, foi interrompida

³Importantes estudos aprofundam a questão. Dentre os vários, ver M. O. S. Silva. Formação Profissional do Assistente Social. São Paulo, Cortez, 1984. M. V. Iamamoto e R. de Carvalho. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, Lima (Peru), CELATS, 1985. M. V. Iamamoto. Renovação e Conservadorismo: ensaios críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

pelo golpe civil-militar de 1964. Dentre múltiplos resultantes, para Netto (1991), a corrente que teve continuidade, na profissão, foi a “Perspectiva Modernizadora”, cuja matriz teórico-metodológica situa-se no estrutural-funcionalismo, reforçando, mais uma vez, o conservadorismo. Foi apenas na transição da década de 1970 para 1980, com a crise da ditadura, ainda segundo o autor, que observa-se o retorno da interlocução da profissão com a tradição marxista, através da corrente que ele denomina de “intenção de ruptura”.

Em nosso entendimento, e importa destacar, aqui, há uma relação de continuidade e ruptura entre os dois processos - Reconceituação Latino-americana e Renovação - engendrada pelo contexto sócio-histórico que compreende o período imediatamente anterior ao golpe militar, os acontecimentos após o golpe e todas as suas resultantes, até o momento da deflagração da crise da ditadura e das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Como parte do processo de Renovação, a referida corrente “intenção de ruptura”, na crise da Ditadura Militar e em decorrência da própria crise, na transição da década de 1970 para 1980, como citamos acima, retoma a interlocução com a tradição marxista, provocando rupturas com o conservadorismo que plasmava o corpo constitutivo da profissão, engendrando transformações teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas. Das rupturas observáveis, destacam-se as articulações da profissão com os movimentos sociais, mostrando que as influências da aproximação de setores do Serviço Social com a tradição marxista, realizada pelo Movimento de Reconceituação Latino-americano, persistiam no Serviço Social. Desde esse Movimento, então, como mostra Iamamoto (2016, pp. 03-04), observa-se “afinidades eletivas entre os rumos impressos ao Serviço Social e as condições de vida e trabalho dos segmentos dos trabalhadores e suas formas de expressão coletivas consubstanciadas nos movimentos sociais”.

Ao retomar a interlocução referida, setores significativos da profissão ao mesmo tempo e no mesmo caminho integram as lutas pela democratização da sociedade brasileira, tendo um engajamento ativo nos próprios movimentos sociais. Foi um importante momento, na sociedade brasileira, que originou

diferentes tipos de movimentos sociais, dentro deles, novas concepções de sindicatos, mas também de organização partidária dos trabalhadores, as quais constituíram-se referências sócio-políticas ao Serviço Social, ao longo das últimas décadas. Para Lamamoto (1998, p. 50), o engajamento de assistentes sociais foi “fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil”, que se inicia com a crise da ditadura, afirmando o “protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira”. A autora identifica um papel ativo dos assistentes sociais nesse movimento, ou seja, “não ficaram a reboque [dos] acontecimentos [...]. Ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980”. O que inclui a formação profissional, em sua essencialidade.

A dinamização dessa tendência, notadamente no transcurso dos anos 1980 e 1990, possibilitou a crítica e a construção de um Projeto Ético-Político que busca romper com a visão neutra, acrítica da realidade, objetivando superar a funcionalidade social da profissão ao capital, construída ao longo de seu desenvolvimento sócio-histórico, trazendo a necessidade de um trabalho ligado aos interesses dos trabalhadores, aos movimentos sociais, aos direitos humanos e de cidadania. Nesse processo, situam-se a construção e a aprovação das Diretrizes Curriculares, pela ABEPSS⁴, em 1996, concretizando-se o debate crítico e a aproximação com os movimentos sociais também na formação profissional.

1. CRÍTICA AO CONSERVADORISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS: AS DIRETRIZES CURRICULARES EM CENA.

No complexo teórico-político posto nas Diretrizes, que articula conhecimento da realidade, ensino e intervenção, temos os sujeitos

⁴ Até 1996, denominava-se Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). Em 1996, passa a denominar-se ABEPSS em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje, por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis. In <http://www.abepss.org.br/historia-7> - Neste texto nos referiremos sempre com a denominação atual: ABEPSS.

profissionais como ponto essencial e, nesse sentido, entendemos a construção das Diretrizes de 1996 como parte e um dos resultados dos debates ocorridos no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979 - conhecido como o “Congresso da Virada”. Congresso, este, que é um momento significativo da Renovação do Serviço Social e a retomada da interlocução com a tradição marxista a que nos referimos, anteriormente. São debates que, nos períodos posteriores, permitiram a crítica à formação até então hegemônica e a construção de diferentes “marcos do projeto de profissão” e sua relação com o ensino, lançando as novas “bases para o Currículo Mínimo”, em 1982⁵. Esse Currículo Mínimo, dentre importantes avanços, insere a relação do Serviço Social com os movimentos sociais.

No Seminário de Desenvolvimento de Comunidade⁶, de âmbito nacional, realizado, em 1990, pela ABEPSS - região sul - e pelo Programa de Estudos Pós-graduados e Pesquisa da Faculdade de Serviço Social da PUC/São Paulo, essa inserção aparece de maneira clara, em especial, na disciplina de “Desenvolvimento de Comunidade”. Lipi, Silva e Wanderley (1991, p.07) falam da exposição de Quiroga sobre um estudo a respeito de currículos de seis Unidades de Ensino⁷. Na exposição que tem como título “Desenvolvimento de Comunidade (DC) na Formação Profissional”, Quiroga constata que a disciplina consta do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social, de 1982, com um conteúdo que “ênfatiza a questão dos movimentos sociais, expressando um jogo de forças presente naquele momento no interior da comunidade acadêmica de Serviço Social”. Assim, observa-se nos objetivos dos currículos analisados:

... DC enquanto instrumento das políticas sociais do Estado; compreensão dos movimentos sociais em suas relações com Estado/Igreja/Partidos, numa posição crítica ao significado “tradicional” de DC; análise das diferentes estratégias de organização da sociedade civil e das classes subalternas.

⁵ Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> - acessado em julho de 2017.

⁶ L. B. Lipi, M. L. C. Silva e M. B. Wanderley. Seminário de Desenvolvimento de Comunidade. São Paulo, Revista Serviço Social e Sociedade, nº 36, Ano XII, São Paulo, Cortez Editora, Agosto de 1991 – pp. 03-12.

⁷ As Unidades de Ensino não são identificadas no artigo. São Paulo, Revista Serviço Social e Sociedade, nº 36, Ano XII, Cortez Editora, Agosto de 1991, pp. 03-12.

Nos conteúdos, os movimentos sociais aparecem como um tema que “ora é resgatado através de uma análise mais global, penetrada por um modo positivista de pensar, ora numa perspectiva dialética” (LIPI, SILVA e WANDERLEY, 1991, p.07).

Considerando os avanços transcorridos da década de 1980 para a de 1990, entre os quais podemos incluir a condução política organizativa da categoria, as transformações nas direções dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal, as mudanças no Código de Ética Profissional⁸ e a Lei Nº 8.662/1993⁹, destaca-se a aprovação, também em 1993, na Convenção Geral da ABEPSS, de uma revisão desse Currículo Mínimo de 1982. Tendo como pressuposto que os contextos sócio-históricos configuram e reconfiguram a questão social em suas múltiplas expressões, incidindo sobre as estratégias de trabalho do assistente social colocadas em andamento nos vários espaços ocupacionais, bem como no direcionamento político dado à profissão, no processo, a formação profissional também sofria mudanças, as quais deveriam aparecer de maneira clara.

Através de oficinas e debates realizados em todo o território nacional, as Diretrizes Curriculares foram aprovadas em 1996¹⁰, tendo como premissa as orientações sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, suas relações, bem como a indissociabilidade entre tais dimensões. Apresentaram avanços conectados ao próprio processo vivido pelo Serviço Social, no Brasil, amadurecendo “a compreensão do significado social da profissão”, da importância da tradição marxista, “que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica”, ao mesmo tempo em que construíram “respostas da profissão à conjuntura”, apontando “para a consolidação de um projeto de profissão

⁸ O Código de Ética existente foi revisto em 1986. Após importantes debates, em 1993, foi aprovado o Código de Ética que vigora ainda hoje.

⁹ In http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf

¹⁰ Entre 1994 e 1996, para a construção e aprovação das Diretrizes Curriculares, foram realizadas 200 oficinas locais, em 67 unidades acadêmicas filiadas à ABEPSS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais. In <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> - acessado em julho de 2017.

vinculado às demandas da classe trabalhadora”¹¹. Todo esse processo sócio-histórico, apontado aqui em grandes linhas, mostra o despontar e a consolidação das relações do Serviço Social com os movimentos sociais, como se apresenta no âmbito da formação profissional.

Entretanto, como não se pode descartar as interveniências do contexto sócio-histórico vivido no desenvolvimento dos fenômenos em sociedade é necessário ressaltar, aqui, que a aprovação das Diretrizes Curriculares pela ABEPSS ocorreu em 1996, quando o ideário neoliberal, sob a direção do governo Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), aportara incisivamente no Brasil, significando reforço da perspectiva conservadora, em todos os âmbitos da vida nacional e, na particularidade do Serviço Social, interferiu em todas as suas dimensões, incluindo a formação profissional, provocando o que denominamos de “cerco conservador às Diretrizes Curriculares”.

2. ENTENDENDO O CERCO CONSERVADOR ÀS DIRETRIZES CURRICULARES

O ideário neoliberal, implantado pelo governo Cardoso, dentre as múltiplas interveniências postas à sociedade em geral e ao Serviço Social, em especial, tornou-se um determinante no que diz respeito às modificações das Diretrizes Curriculares quando da sua aprovação, em 2002. Ação materializada pelo Conselho Nacional de Educação - CNE – do Ministério da Educação e Cultura (MEC), certamente, reforçou a perspectiva conservadora na formação profissional, com a qual nos defrontamos ainda hoje.

Entre as modificações impostas às Diretrizes Curriculares, observa-se, em primeiro lugar, conforme as análises contidas na Introdução do Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social - FSS/UERJ (2014)¹², a descaracterização da “direção social” do projeto original, bem como da “base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social e à definição do

¹¹Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> - acessado em julho de 2017.

¹² Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social. Introdução. Rio de Janeiro, FSS/UERJ. Novembro de 2014, pp. 05-06.

perfil de profissional que se pretende formar”. Nesse caminho, os objetivos originais foram suprimidos, bem como o foram também os princípios da formação profissional que propunham a “adoção de uma teoria social crítica” voltada para a “apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”, rompendo a “indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão”. Ao mesmo tempo, foram esvaziados os conteúdos curriculares apresentados nos três núcleos: “núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional¹³”.

Todas as modificações flexibilizaram as Diretrizes e, do ponto de vista de nosso debate, podem reforçar o conservadorismo, interferindo nas articulações do Serviço Social com os movimentos sociais. Mesmo considerando o que aponta lamamoto (2016, pp. 03-04) de que “o lapso temporal de abertura do Serviço Social ao universo dos subalternos já sobrepuja a prevalência exclusiva do conservadorismo”, a flexibilização das Diretrizes Curriculares pelo Conselho Nacional de Educação - CNE – do MEC, em 2002, foi, de fato, um marco relevante no reforço do pensamento conservador na formação profissional.

Do ponto de vista ídeo-cultural, em nosso entendimento, combina-se a essa flexibilização imposta pelo MEC - mediado por múltiplas injunções - um elemento debatido por Netto (1996, p. 114): a presença do pensamento pós-moderno na vida acadêmica em geral, no período. Para o autor, “a maré-montante da pós-modernidade (notadamente em sua versão neoconservadora)” ganha espaço no meio universitário, buscando desqualificar a hegemonia da tradição marxista, com questionamentos dirigidos ao racionalismo dialético, equalizando-o à “razão miserável positivista”; rebaixando a totalidade como possibilidade de análise sistemática à “vontade totalitária”, infirmando a dinâmica histórica pela ênfase nas “continuidades profundas”. Outra autora que aborda a questão é Wood (1995, p.15), mostrando que o

¹³ Para aprofundamentos sobre a questão, ver Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social. Introdução. Rio de Janeiro, FSS/UERJ. Novembro de 2014, pp. 05-06.

pensamento pós-moderno repete como novidade aquilo que o positivismo nos traz desde seus inícios — embora com novas roupagens: as impossibilidades de conhecimento dos fenômenos e suas relações, em sua essência e suas determinações últimas, que permanecem impenetráveis, desconhecidas. Ao mesmo tempo, expressam uma prisão à lógica circular, sistêmica, em que o sujeito desaparece. O pensamento pós-moderno, ainda de acordo com a autora, nega a história como processo construtor da realidade, da vida, trazendo uma impossibilidade de sujeitos coletivos virem a escrevê-la, e, evidentemente, transformá-la. Esse pensamento perpassa a vida acadêmica também do Serviço Social, constituindo-se um elemento que dificulta a superação do pensamento conservador, interferindo em suas relações com os movimentos sociais, na formação, mas também em todos os âmbitos da vida profissional.

Do ponto de vista da materialidade, outro elemento que se combina aos referidos, anteriormente, situa-se nas condições dos cursos de graduação em Serviço Social, os quais, em sua grande maioria, situam-se no setor privado. É parte do quadro geral de privatização do ensino superior, no Brasil, com a condução neoliberal imposta pelos vários governos, nas últimas décadas. As contrarreformas orientadas para o mercado, implicando em um padrão de intervenção estatal que seja máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores (NETTO, 1996) jogam peso na transformação, em mercadoria, de todos os aspectos da vida em sociedade. Isso significa restrições infindáveis às políticas sociais públicas e, dentre elas, encontram-se a educação em geral e a superior, em particular. De fato, é possível observar que desde a construção, pela ABEPSS, das Diretrizes Curriculares, em 1996, a tônica, no Brasil, tem sido a da privatização do ensino superior¹⁴ e isso é determinante em nosso debate. Pereira (2009) também constata o fenômeno:

¹⁴Chacon e Calderon mostram que nos dois mandatos de Cardoso (PSDB – 1994 – 2002), o crescimento das Instituições de Ensino Superior Privadas foi da ordem de 110,8%. Sobre os dois mandatos de Lula (PT – 2003 – 2010), embora os dados trazidos pelos autores sejam em termos absolutos e não relativos, também expressam o fenômeno. Assim, nos dois mandatos de Lula, foram criadas 71 instituições públicas enquanto no setor privado foi autorizado o funcionamento de 448 instituições. J.M.T. Chacon e A.I. Calderon. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo FHC ao governo Lula. <https://ries.universia.net/article/view/1099/1645> - acessado em julho de 2017.

A década de 1990 e o início do século 21 registraram um franco processo de expansão e de mercantilização do ensino superior, validado e incentivado pelos governos, de Cardoso a Lula, pautados no pressuposto de que a educação é um "bem público", sendo, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem seus serviços educacionais à população. Cabe ao Estado a partilha dos recursos públicos: naturaliza-se a entrega de verbas públicas para o setor privado e, ao mesmo tempo, o financiamento privado para as IES públicas, numa explícita diluição de fronteiras entre o público e o privado¹⁵.

O seccionamento da relação entre ensino, pesquisa e extensão na organização acadêmica, que, segundo Pereira (2009), é praticado por mais de 90% das Instituições de Ensino Superior, com carga maior nas privadas, também, articula-se aos demais elementos. Isso interfere nas proposições das Diretrizes Curriculares, que defendem a indissociabilidade entre essas dimensões. Imbricado a esses elementos, notadamente o processo de privatização, agravando-os, destaca-se o aumento do número de instituições de Ensino Superior à Distância – modalidade a qual a ABEPSS e o Conjunto CFESS/CRESS se posicionaram contrários à sua implantação na graduação em Serviço Social. Os dados do censo de 2015 apontam esse crescimento, pois enquanto o ensino presencial teve um crescimento de 2,3% nas matrículas em 2015 em relação a 2014, o ensino à distância cresceu 3,9%, sendo que o setor privado tem a maior concentração, representando 98% do total das matrículas em 2015¹⁶. Na formação em Serviço Social, também, desde a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, observa-se um aumento significativo do número de cursos privados e na modalidade à distância.

Nos governos Lula, de 332 cursos existentes, mais 205 (61,7%) foram autorizados a funcionar entre os anos de 2003 e 2009, sendo que 91,7% foram do setor privado. Ao analisarmos a oferta de vagas nos 332 cursos de Serviço Social existentes no país, é possível verificar que a participação da modalidade educação à distância atinge mais de 50%¹⁷.

¹⁵ Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. L.D. Pereira. In Revista *katálysis* vol.12 no.2 Florianópolis Jul/Dez. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000200017> – acessado em julho de 2017.

¹⁶ Educação superior à distância cresce em ritmo acelerado. M Tokarnia. In <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-05/educacao-superior-cresce-em-ritmo-acelerado-mostra-censo-de-2015> – acessado em julho de 2017.

¹⁷ Idem nota 13.

Ou seja, ainda que esses dados não abranjam a totalidade do período considerado desde a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, eles mostram a tendência a um crescimento constante do setor privado na educação superior no Brasil, tanto presencial quanto à distância, em todos os governos, nas últimas décadas, incluindo, como não poderia deixar de ser, o Serviço Social. Boschetti (2015, 645) traz dados mais recentes que corroboram o que colocamos.

O Serviço Social concentra o terceiro maior contingente de matrículas nos cursos de graduação à distância [2015], conforme Censo do Ensino Superior, depois de Pedagogia e Administração: Pedagogia concentra 34,2% das matrículas em EAD; Administração responde por 27,3%; Serviço Social por 8,1 [...]. Essa expansão atinge diretamente o Serviço Social, que saltou de 70 mil profissionais em 2006 para 135 mil ao final de 2013 e 150 mil em 2015, ou seja, em nove anos (2006-2015) alcançou um quantitativo superior àquele formado em sete décadas (1936-2006). Inegavelmente, o EAD é o maior responsável por esse crescimento assustador, acompanhado de baixa qualidade, com formação rasa e superficial, conforme amplamente denunciado pelo CFESS, em especial no documento “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social”.

Para Boschetti (2015, p. 645), as ações implementadas reforçam diferentes expressões do conservadorismo, mas não são endógenas à profissão; estão inseridas numa perspectiva mundial. Mostra a autora que “são tendências presentes em todas as áreas, fortemente alimentadas pela contrarreforma do ensino superior, forjada desde a década de 1990, no contexto da mundialização do capital”, e como exigência e “sujeição dos países às recomendações de organismos internacionais, como Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Fundo Monetário Internacional (FMI)”. Identifica, ainda, que as “tendências de mercantilização do ensino superior ganharam fôlego a partir dos anos 2000, com a aprovação do Protocolo de Bolonha”, cuja elaboração tem início em 1999, na cidade de Bolonha, em um Fórum de Ministros da Educação de 29 países europeus, com base em princípios que haviam sido estabelecidos na Declaração da Sorbonne, de maio de 1998, subscrita pela França, Alemanha, Itália e Reino Unido. As orientações resultam em uma cultura que Boschetti (2015, pp. 644-5) submete à crítica:

[...] essa cultura sustenta que uma boa universidade deve ser barata (menos anos, menos custos), rápida (cria uma espécie de *fast* universidade, e defende que se faça o mesmo em menos anos), padronizada (mesmo formato em diferentes realidades), deve ter financiamento autossustentável (graduação barata, curta e rápida, mestrados curtos e pagos para uma elite, doutorados curtos para docência e/ou pesquisa acadêmica) e mercantilmente adaptada às exigências de expansão e acumulação do capital.

No ano de “2009, outros 20 países foram convidados a compor o Fórum Político de Bolonha, entre eles, o Brasil”. Chega, assim, ao país, de maneira mais forte, durante o governo Lula (PT), um projeto de padronização do ensino superior completamente voltado para o mercado de trabalho, “em um contexto de crise, com clara tendência de alinhamento da formação “por baixo”, mais focada na aprendizagem e competências, bem como currículos mais curtos e flexíveis”. A questão do Ensino à Distância aparece nesse processo, muito relacionado à formação estritamente voltada para o mercado. Intensificam-se, dessa maneira, as propostas de “reforma universitária” do governo Cardoso, do PSDB, nos governos Lula e Dilma, do PT (BOSCHETTI, 2015, p. 643). Ao realizar a crítica, a autora (2015, p. 648) identifica os mecanismos sugeridos no processo através dos quais se dá o reforço do conservadorismo historicamente presente no Serviço Social.

O aligeiramento da formação e da pesquisa é um traço absolutamente contemporâneo. O expansionismo superficial de cursos é extremamente funcional ao conservadorismo, pois conserva e mesmo agudiza a perspectiva de formação funcional ao mercado e subordina os conteúdos profissionais à demanda do mercado, ou seja, do capital.

Esses elementos e momentos, em nosso entendimento, têm relação com a flexibilização das Diretrizes Curriculares imposta em 2002, pelo MEC. Ou seja, já no início do século XXI, portando mediações importantes, são elementos e momentos que compõem um complexo processo de mudança de rumos imposta pelo ideário neoliberal à sociedade capitalista, com diferenciações por países e períodos. Concordamos, assim, com as conclusões da Introdução do Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social - FSS/UERJ:

Essa total flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, é condizente com os princípios neoliberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando

a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado¹⁸.

Ou seja, essas mudanças intencionavam impedir um “conteúdo básico comum à formação profissional no país”, flexibilizando as Diretrizes Curriculares na perspectiva de submeter a formação profissional “à ‘livre iniciativa’ das unidades de ensino, públicas e privadas”. Busca-se fechar o cerco às possibilidades de uma formação emancipatória como propõe as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, como parte do Projeto Ético-Político Profissional desenvolvido ao longo dos últimos anos pelo Serviço Social, no Brasil.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DEBATES ATUAIS

Na totalidade contraditória que se constitui a sociedade capitalista, o quadro sócio-histórico apresentado até aqui mostra a existência do cerco a que nos referimos, enfraquecendo a hegemonia do projeto profissional, o que provoca preocupações, as quais são assumidas em nosso estudo de Pós-doutorado.

Na mesma linha defendida por Farage e Dias (2016, pp. 8-9), entendemos que a “garantia da hegemonia do atual projeto profissional, que tem como marcos a ruptura com o conservadorismo, vínculo real com a classe trabalhadora [...], não se dará de maneira linear”. São inúmeras as ações a serem estabelecidas no caminho de continuar construindo e consolidar essa hegemonia, mas todas passam por um profundo conhecimento das nuances desse cerco, as fragilidades presentes nele e as nossas também. Por entender que os movimentos sociais, ao lutarem por direitos na sociedade tensionam os “mecanismos estatais de enfrentamento das expressões da ‘questão social’ e, portanto, as próprias bases de configuração da demanda profissional” (MARRO, 2014, 278), a relação do Serviço Social com os mesmos, no âmbito do ensino, nessa difícil conjuntura, se torna o cerne de nossas preocupações.

¹⁸ Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, FSS/UERJ. Novembro de 2014. Introdução - pp. 05-06.

Portanto, aprofundar o conhecimento dos aspectos aqui trazidos é fundamental porque, em diferentes Unidades de Ensino de Serviço Social, eles podem estar interferindo no debate sobre as articulações com os movimentos sociais.

Para Farage e Dias (2016, pp. 8-9), a profissão precisa debater mais os movimentos sociais, afirmativa com a qual temos acordo. No artigo “Cidade, Movimentos Sociais e Serviço Social: desafios ao projeto ético-político”, apresentado no XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2016, elas confirmam que, em vários eventos acadêmicos do Serviço Social, realizados entre os anos de 2012 e 2015¹⁹, de 4954 trabalhos apresentados e debatidos, 353 tratam de movimentos sociais, o que significa apenas 7,10% do total. Isso mostra que pode haver uma defasagem nas articulações do Serviço Social com os movimentos sociais, sendo parte da realidade em que convivem, contraditoriamente, rupturas e continuidades com o conservadorismo presente na profissão, incluindo o âmbito da formação.

Nesse âmbito, no setor privado, podemos dizer, pelo cerco às Diretrizes que apresentamos anteriormente, que a formação profissional encontra-se sujeita à ‘livre iniciativa’ das unidades de ensino, sendo necessário buscar estudar essa realidade com profundidade, relacionando a flexibilização das Diretrizes aos Currículos Plenos adotados nelas. A nossa pesquisa de Pós-doutorado tem essa preocupação. No que se refere ao ensino público, observam-se avanços em relação à superação do conservadorismo, com hegemonia da direção social contida nas Diretrizes Curriculares, assentada na tradição marxista. O Grupo de Trabalho e Pesquisa Sobre Movimentos Sociais e Serviço social (GTP) da ABEPSS, no relatório da pesquisa realizada entre 1994 e 2012 traz os seguintes dados²⁰:

Em termos gerais, podemos afirmar que, entre os anos 1994 e 2012, a temática “movimentos sociais” fez-se presente nos cursos de

¹⁹ São eles: CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), ENPS (Encontro Nacional de Política Social) e JOINPP (Jornada Internacional de Políticas Públicas). Nos referidos eventos, foram apresentados 4954 trabalhos, sendo que 353 tratam de movimentos sociais, o que significa 7,10% do total. E. Farage e S. Dias. CIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: desafios ao projeto ético-político. Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Ribeirão Preto (SP), ABEPSS, dez., 2016.

²⁰ Relatórios-síntese dos Grupos de Trabalho e Pesquisa - GTP Movimentos Sociais e Serviço Social – Temporalis – Revista da ABEPSS, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 183-203, jul./dez. 2013. <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6703/4942> - acessado em julho de 2017.

Serviço Social inseridos nas universidades públicas, federais e estaduais, através de 36 diretórios de pesquisa, 87 projetos de pesquisa e 23 projetos de extensão voltados ao tema.

Sobre a extensão, nos dados trazidos pelo mesmo Relatório, Duriguetto (2014, p. 186) identifica “projetos voltados para “os movimentos sociais urbanos, do campo (em especial o MST)”, movimentos “quilombola, indígena, de mulheres e LGBT”. O trabalho desenvolvido se expressa através de “assessoria na formação política (palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns)”, mas também por meio de “informações técnicas (por exemplo, estudos sócio-econômicos com o objetivo de potencializar os processos de auto-organização em torno das suas condições de vida e de trabalho)”. Relativamente ao ensino, ao analisarmos o Relatório, aparecem referências pontuais no item Experiências de Estágio e Extensão. No entanto, mesmo sendo pontuais, denotam aspectos relevantes:

O significado dessas experiências de extensão está em oferecer respostas às reivindicações dos sujeitos sociais e potencializar sua organização; democratizar o acesso à universidade; materializar compromissos do nosso projeto profissional; oferecer experiências de formação diferenciadas para os alunos; pautar novas agendas de ensino, pesquisa e extensão articuladas às necessidades dos grupos subalternos e o aprofundamento teórico e político da direção dada pela tradição marxista²¹.

Os Relatórios-síntese dos Grupos de Trabalho e Pesquisa - GTP Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS mostram estudos relevantes no âmbito da pesquisa e da extensão. Mas no que se refere ao ensino, parece que precisam avançar. Isso não significa que as articulações não estejam presentes no ensino da graduação em Serviço Social ou que haja uma estanquização entre essa dimensão, a pesquisa e a extensão, notadamente nas públicas, tampouco que isso expresse um fosso entre formação e trabalho profissional. Concordando com Boschetti (2015, p. 639):

Considera-se aqui que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, e também não é uma exclusividade do Serviço Social. Defende-se, portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre

²¹ Idem nota 18.

será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor

CONCLUSÕES:

No processo como um todo, há um elemento cuja importância é ineliminável em nossas análises: a inserção da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho para atender requisições postas pelo Estado, ou diretamente, nas empresas, como um profissional assalariado, produz limites a um trabalho cuja direção social supere a cultura profissional construída e desenvolvida no âmbito do pensamento conservador, sendo que, nesse quadro, se inserem os profissionais do ensino no setor privado. Ou seja, a cultura profissional, que também contém cores conservadoras uma vez que convivemos com a pluralidade, pode ser reforçada considerando-se todos esses elementos da realidade, que estão presentes em nossas vidas profissionais. Entretanto, a autonomia relativa da qual a profissão é portadora, em seu trabalho, também contém possibilidades de ruptura com o conservadorismo se, entre diversos mecanismos, um processo formativo com vistas à hegemonia da direção social contida nas Diretrizes Curriculares reforçar esse caminhar.

Nesse sentido, é fundamental o conhecimento dos elementos que engendram as possibilidades de retrocesso na contemporaneidade comandada pelo ideário neoliberal, construindo ações voltadas ao seu enfrentamento. O que significa, no mesmo movimento, buscar entender as tensões postas pelo próprio processo de luta pela hegemonia da concepção fundada na tradição marxista, que abrange a relação entre os diferentes aspectos que o constituem, incluindo as interferências da formação no desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais, tanto aquelas advindas do setor público quanto do privado. No rumo aqui defendido, o fortalecimento das relações do Serviço Social com os movimentos sociais é estratégico e os estudos do Pós-doutorado que estamos desenvolvendo pretendem participar desse processo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Curriculares**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, São Paulo, p. 637-651, out./dez. 2015.

CHACON, J. M. T., CALDERON, A. I. **A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo FHC ao governo Lula**. Disponível em: <<https://ries.universia.net/article/view/1099/1645>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 9. ed. rev. e atual. Brasília, 2011.

_____. Lei nº 8.662/ 1993. **Regulamentação da profissão**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M.B., DURIGUETTO, M.L. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p.177-194.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL (UERJ). **Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social: introdução**. Rio de Janeiro, 2014. p. 5-6.

FARAGE, E.; DIAS S. Cidade, movimentos sociais e serviço social: desafios ao projeto ético-político. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: ABEPSS, dez. 2016.

IAMAMOTO M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, Interloquções internacionais e memória. Mesa Temática Coordenada: O Movimento de

Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 15., 2016, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: ABEPSS, dez.2016.

LIPI, L. B.; SILVA, M. L. C.; WANDERLEY, M. B. Seminário Nacional de Desenvolvimento de Comunidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XII, n. 36, p. 3-12, ago.1991.

MARRO, K. I. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem terra? In: ABRAMIDES, M.B.; DURIGUETTO, M.L. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 278-294.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. **Revista katálysis**, Florianópolis, v.12, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000200017>> Acesso em: 22 jul. 2017.

RELATÓRIOS síntese dos Grupos de Trabalho e Pesquisa - GTP Movimentos Sociais e Serviço Social – Temporalis. **Revista da ABEPSS**, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 183-203, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6703/4942>>. Acesso em: 10 jul.2017.

SILVA, M. O. S. **Formação Profissional do Assistente Social**. São Paulo: Cortez, 1984.

TOKARNIA, M. **Educação superior à distância cresce em ritmo acelerado**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-05/educacao-superior-cresce-em-ritmo-acelerado-mostra-censo-de-2015>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

WOOD, E. M. Introdução. O que é a agenda pós-moderna. In: WOOD, E.M.; FOSTER, J.B. (Org.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1995. p. 7-22.